

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade 5**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-098-8

DOI 10.22533/at.ed.988190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| PADRE RAPHAEL MARIA GALANTI: ABORDAGEM CÍVICA E JESUÍTICA DA HISTÓRIA DO BRASIL PARA CRIANÇAS | |
| Ligia Bahia de Mendonça | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904021 | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| GENEALOGIA DO <i>ETHOSEM</i> SARTRE: IMPLICAÇÕES DO ATUALISMO ONTO-FENOMENOLÓGICO NA LITERATURA E DRAMATURGIA | |
| Ricardo Fabricio Feltrin | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904022 | |
| CAPÍTULO 3 | 28 |
| PARA QUE FILOSOFIA? A FINALIDADE DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO | |
| Ítalo Leandro da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904023 | |
| CAPÍTULO 4 | 38 |
| AMBIENTE FAMILIAR LETRADO: SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO | |
| Leliane Aparecida Ribeiro | |
| Sandra Fiorelli de Almeida Penteado Simeão | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904024 | |
| CAPÍTULO 5 | 43 |
| ANÁLISE DAS PRÁTICAS DOCENTES E DISCENTES EM UMA DISCIPLINA DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA USABILIDADE DAS FERRAMENTAS COLABORATIVAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE | |
| Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza | |
| André Ribeiro da Silva | |
| Cássio Murilo Alves Costa | |
| Maria Auristela Menezes Costa | |
| Jitone Leônidas Soares | |
| Jônatas de França Barros | |
| Carissa Menezes Costa | |
| Críssia Maria Menezes Costa | |
| Fernando Antibas Atik | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904025 | |
| CAPÍTULO 6 | 49 |
| ANTROPOLOGIA LITERÁRIA: UMA ANÁLISE DO OLHO E DO OLHAR EM “O CORAÇÃO DELATOR” DE EDGAR ALLAN POE | |
| Anelliz Galvão do Amaral Giovaneti | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904026 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 7 | 55 |
| ANÁLISE SOB OS CRITÉRIOS DO MEC DE UM CURSO ABERTO MASSIVO | |
| Edilmar Marcelino Ana Beatriz Buoso Marcelino | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904027 | |
| CAPÍTULO 8 | 66 |
| APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA NO FACEBOOK: COLABORAÇÃO, LETRAMENTO DIGITAL E AUTONOMIA | |
| Inês Cortes da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904028 | |
| CAPÍTULO 9 | 76 |
| ANÁLISE DE DISCURSO DE UMA PROPAGANDA DO GOVERNO TEMER SOBRE O “NOVO ENSINO MÉDIO” | |
| José Ronaldo Ribeiro da Silva Juliane Vargas | |
| DOI 10.22533/at.ed.9881904029 | |
| CAPÍTULO 10 | 88 |
| PARA UMA CRÍTICA DA MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO | |
| Jucélia Maciel do Amaral | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040210 | |
| CAPÍTULO 11 | 91 |
| A TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS (TPAS) DO PORTO DE PARANAGUÁ- PR E AS ATUAIS DEMANDAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MARÍTIMA | |
| Luceli Gomes da Silva Mário Lopes Amorim | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040211 | |
| CAPÍTULO 12 | 104 |
| AS LINGUAGENS UVIVERSAIS | |
| Manoel Lima Cruz Teixeira | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040212 | |
| CAPÍTULO 13 | 117 |
| BRINQUEDOTECA HOSPITALAR: O BRINCAR COMO ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR | |
| Flávia de Castro Caixeta Kamylla Guedes Sena Tiago Gonçalves Côrrea Fernanda Duarte Pinheiro Vanessa Arruda Pires Karina Pereira da Silva Juliana Martins de Souza Janaína Cassiano Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040213 | |

CAPÍTULO 14 124

AS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DO ARACATI/CE: DO IDEAL AO POSSÍVEL

Catarina Angélica Antunes da Silva
Gilson de Sousa Oliveira
Enéas de Araújo Arrais Neto
Tânia Serra Azul Machado Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.98819040214

CAPÍTULO 15 137

DIVERSIDADE SOCIAL: PAUTA DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gualber Pereira Silva de Oliveira
Arlene Maria Soares de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.98819040215

CAPÍTULO 16 150

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NA
MODALIDADE

Paula Eliane Costa Rocha
Patrícia Moraes Veado
Andrea Cristina Versuti

DOI 10.22533/at.ed.98819040216

CAPÍTULO 17 162

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: O VÍDEO COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Argicely Leda de Azevedo
Gerilúcia Nascimento de Oliveira
Jorgete Comel Palmieri Mululo
Polyana Milena Barros Navegante
Carolina Brandão Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.98819040217

CAPÍTULO 18 170

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DE CRIANÇAS: O SUPLEMENTO INFANTIL DO JORNAL “A TRIBUNA”
DE SANTOS

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira
Bruno Bortoloto do Carmo

DOI 10.22533/at.ed.98819040218

CAPÍTULO 19 184

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FRENTE À CIDADANIA TENDO AS MÍDIAS COMO FONTE DE
MANIPULAÇÃO E CONSUMISMO

Danielle Stewart Oliveira de Araujo
Ícaro Ribeiro Soares
Maria Clara Pinto Cruz

DOI 10.22533/at.ed.98819040219

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 20 | 195 |
| EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA EM AULAS DE HISTÓRIA | |
| Daniel Luciano Gevehr Darlã de Alves Shirlei Alexandra Fetter | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040220 | |
| CAPÍTULO 21 | 212 |
| A MÁQUINA DISCIPLINADORA: CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR | |
| Ravelli Henrique de Souza Marta Regina Furlan de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040221 | |
| CAPÍTULO 22 | 222 |
| FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA | |
| Farbênia Kátia Santos de Moura Daniela Fernandes Rodrigues | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040222 | |
| CAPÍTULO 23 | 233 |
| O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA PELA CRIANÇA: DIALOGANDO COM ALEXANDER ROMANOVICH LURIA | |
| Lorita Helena Campanholo Bordignon Marilane Maria Wolff Paim | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040223 | |
| CAPÍTULO 24 | 244 |
| OS DESAFIOS DO EDUCANDO DO PROGRAMA TOPA NO CONJUNTO PENAL DE PAULO AFONSO | |
| Joilson Alcindo Dias Maria Aparecida da Silva Braz Vinícius Silva Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040224 | |
| CAPÍTULO 25 | 254 |
| TORNAME-NOS ATRAVÉS DAS COISAS | |
| Luiz Antonio Pacheco Queiroz Willian Carboni Viana | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040225 | |
| CAPÍTULO 26 | 261 |
| A INCLUSÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA REGIONAL NOS 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NA DISCIPLINA HISTÓRIA, EM MATO GROSSO DO SUL | |
| Elizabeth de Fátima da Silva Mattas | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040226 | |
| CAPÍTULO 27 | 274 |
| REFORMA EDUCACIONAL FRANCISCO CAMPOS: INOVAÇÃO, CENTRALIZAÇÃO E AUTORITARISMO | |
| Edelcio José Stroparo | |
| DOI 10.22533/at.ed.98819040227 | |

CAPÍTULO 28 284

RELAÇÃO ENTRE ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DESEMPENHO NA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sonia Maria Duarte Grego
Flaviana Cristine Assumpção
Eliana Curvelo
Marisa Veiga Capela

DOI 10.22533/at.ed.98819040228

CAPÍTULO 29 295

RELAÇÃO INTERSEMIÓTICA DE TEXTOS MULTIMODAIS: UM ESTUDO IDEACIONAL CONFORME AS GRAMÁTICAS *SISTÊMICO-FUNCIONAL* E DO *DESIGN VISUAL*

Jeniffer Streb da Silva
Noara Bolzan Martins

DOI 10.22533/at.ed.98819040229

CAPÍTULO 30 301

A ESCRITA ESTUDANTIL EM PERIÓDICOS ESCOLARES NA ERA VARGAS

Eliezer Raimundo de Sousa Costa

DOI 10.22533/at.ed.98819040230

CAPÍTULO 31 316

O SOLDADO E A BAILARINA: PRÁTICAS PSICODRAMÁTICAS NO COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

Manon Toscano Lopes Silva Pinto

DOI 10.22533/at.ed.98819040231

CAPÍTULO 32 325

OS ESTÁGIOS SOCIOCULTURAIS DA UFRR E SUAS RELAÇÕES COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Samara Siqueira de Souza
Edison Riuitiro Oyama

DOI 10.22533/at.ed.98819040232

CAPÍTULO 33 336

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIDÁTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE TRÊS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (2004-2010)

Adriana Rodrigues
Andréa Maturano Longarezi

DOI 10.22533/at.ed.98819040233

CAPÍTULO 34 348

A PROBLEMÁTICA DO LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EJA DA ESCOLA RUI BARBOSA EM PINHAL GRANDE /RS

Ivani Belenice Dallanôra
Cibele Pase Liberalesso
Marilene Scapin
Thaís Vendruscolo
Zenita Maria Uliana Posser

DOI 10.22533/at.ed.98819040234

CAPÍTULO 35 357

O VALOR DA MARCA E A PERCEPÇÃO DO INTANGÍVEL: CAMPANHAS NATURA

Daiane do Rosário Martins da Silva
Mirian Sousa Moreira
Ana Clara Ramos
Carla Mendonça de Souza
Allana Dalila Costa Rodrigues Lacerda
Liliane Guimarães Rabelo
Rafael Silva Couto

DOI 10.22533/at.ed.98819040235

SOBRE A ORGANIZADORA..... 368

A ESCRITA ESTUDANTIL EM PERIÓDICOS ESCOLARES NA ERA VARGAS

Eliezer Raimundo de Sousa Costa

Colégio Técnico da UFMG, Belo Horizonte, MG

<http://lattes.cnpq.br/1717212600150188>

INTRODUÇÃO

Grêmios escolares têm feito parte da história de várias instituições educacionais ao longo dos anos. Para o período analisado, apresentavam-se sob diferentes filiações, sendo literários, musicais, de ciências, pedagógico, artístico, atuando como fator de aglutinação de vários estudantes em torno dos objetivos que proclamavam, independentemente do formato que assumiam. As fontes utilizadas para essa pesquisa indicaram que essas agremiações, no caso de Belo Horizonte, adotavam procedimentos semelhantes no que se refere ao cerimonial praticado em suas reuniões, como a organização da mesa diretora e o formato das apresentações realizadas por seus membros, etc. Para as escolas do Rio de Janeiro, dado que as fontes analisadas foram os impressos resultantes do trabalho dos grêmios, não foi possível um levantamento da sua rotina ordinária

A proposta deste texto é apresentar o grêmio como mais uma das práticas educativas

da cultura escolar na Era Vargas. A análise dos temas dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos gremistas, sejam as publicações em jornais ou os manuscritos nos livros de atas de reuniões dos grêmios, mostrou que eles apresentavam, em grande parte, uma temática pouco inovadora, sobressaindo-se questões patriótico-ufanistas, religioso-moralistas, dentre outras de semelhante sintonia. Estas produções assinadas pelos estudantes, mesmo considerando as características citadas acima, davam a eles um papel ativo no processo de ensino e aprendizagem. Essa participação ativa era uma das novas propostas para se praticar uma educação mais significativa, levando o estudante a ter um papel autoral no seu processo de formação, conforme propunha Anísio Teixeira que, assim como John Dewey, defendia a necessidade de se dar mais espaço ao trabalho produtivo do estudante, valorizando a sua experiência (NUNES, 2000, p 167-8).

Na Escola Normal de Belo Horizonte, através de duas figuras de destaque no meio educativa mineiro, Firmino Costa e Mario Casasanta, a organização de grêmios escolares revelava sua conexão com o pensamento educacional contemporâneo, notadamente de matriz estadunidense, do qual Anísio Teixeira era partidário, e com as necessidades que os

processos de educação apresentavam, com vistas a ajustar cada vez mais o ideal republicano a uma educação que se fizesse agente de modernização (HAMDAN, 2007). Por isso, essas associações se revelavam como locais que favoreceriam o desenvolvimento de uma educação ativa, conforme defendia Firmino Costa na Revista do Ensino de Minas Gerais (COSTA, 1928). Firmino Costa foi um político e intelectual mineiro que esteve à frente de vários empreendimentos no campo da educação, articulando as novas propostas educacionais que inspiraram, sobremaneira, a Reforma Francisco Campos de 1927 em Minas, frente às demandas de modernização que a sociedade brasileira reclamava (HAMDAN, 2012). Mario Casasanta se destacou no período como Inspetor de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, sendo o único nome do Estado entre os signatários do Manifesto dos Pioneiros de 1932 (XAVIER, 2004). Foi também um dos intelectuais que participou, junto com Firmino Costa, da reforma da educação de Minas Gerais de 1927, contribuindo com o projeto que pretendia reformar a sociedade pela educação (XAVIER, s/d). Casasanta considerava os grêmios como um instrumento para estimular a vivência da democracia entre os alunos. No texto, que se referia a uma conferência proferida por ele no Grêmio Litéro-social Leopoldo Pereira da Escola Normal de Belo Horizonte, ele apresentou quais seriam os objetivos dessas associações que, segundo argumentava, constituíam uma função escolar onde os alunos aprenderiam e se desenvolveriam. Assim, obedecendo ao espírito democrático, essas associações deveriam oferecer igualdade de oportunidades para todos os seus membros e deveriam se organizar conforme regras definidas, baseadas nos interesses dos estudantes. Além do espaço e horários para funcionar, bem como cores, gritos, hinos e insígnias próprias, essas associações deveriam ter o reconhecimento oficial por parte da Escola, que julgaria sobre sua necessidade, seus programas e se respeitavam a organização de forma democrática.

GRÊMIOS ESTUDANTIS

Os grêmios analisados nessa pesquisa eram instituições que se inseriam na escola como mais um dos polos de estudo para os estudantes, tanto para as tarefas cotidianas do fazer escolar, quanto para aquelas em que se verificava a necessidade de um suporte a mais para os conteúdos acadêmicos, portanto, qualificados como prática educativa. Tratava-se de um prolongamento das atividades de sala de aula, assim como também não havia a necessidade de se manter um vínculo obrigatório com o conteúdo programático de determinada disciplina. Estudava-se e praticava-se tanto os conteúdos disciplinares, quanto, através das festividades, aprimorava-se o espírito cívico e o associativo. As regularidades encontradas no estudo dessas associações permitiram a conclusão que se tratava de um projeto de ensino ou algo semelhante desenvolvido pela escola. Deve-se retomar a ideia que a proposição do sistema de projetos é originária das propostas de John Dewey e de seu assistente William Kilpatrick.

Para ambos, o projeto deveria funcionar como o impulso de vida para o verdadeiro aprendizado. Os projetos poderiam também ser pensados como uma preparação para situações reais futuras (LOURENÇOFILHO, 2002). Nesse segundo sentido é que relaciono a experiência dos grêmios ao sistema de projetos. Para Mário Casasanta, grande incentivador da prática dos grêmios na Escola Normal de Belo Horizonte, era pela experimentação dos processos de organização, participação, responsabilização e estudo, que se preparavam aquelas estudantes para a vida democrática. Esses grêmios eram, além de um espaço de desenvolvimento acadêmico, um local para se garantir a sociabilidade dos estudantes e também um espaço para se praticar a vivência política. Dizia Mário Casasanta que “a vivência da democracia” se consolidava, porque a direção de cada uma dessas associações resultava de processos em que as alunas escolhiam, com maior ou menor liberdade, as colegas que iriam dirigir sua associação.

De acordo com Mário Casasanta, os grêmios deveriam ser um fator a mais no sentido de favorecer o *self-government* entre os estudantes. Contudo, no texto que escreveu em 1932, os caminhos para a construção dessas organizações já estavam traçados, pois elas deveriam possuir uma série de elementos pré-estabelecidos que lhes assegurassem a identidade, como hinos, gritos de guerra, cores, etc. Precisavam da anuência da direção da escola quanto à sua conveniência ou não e, também seriam vigiadas quanto ao cumprimento e respeito às regras. Ou seja, como o mesmo já havia declarado, as regras estavam definidas por antecedência.

A experiência dos grêmios na Escola Normal, considerando todo o acervo material pesquisado, sugeria que os mesmos eram práticas pedagogicamente orientadas no sentido do aprendizado da organização de reuniões, de cerimônias ou situações correlatas. As atividades analisadas sugeriram tratar-se de procedimentos escolares, como um projeto de estudo, dado as regularidades verificadas. A escrita de seus estatutos trazia um formato bastante previsível como a formatação gráfica (organizados em títulos, artigos, alíneas), a definição de objetivos e distribuição de papéis, as reuniões marcadas pela regularidade e organicidade, destacadas e reveladas através das suas atas (componente obrigatório de todas elas). Além disso, os tipos de trabalhos que se apresentavam, em grande parte de natureza biográfica, com o claro intuito de expor a história dos bons exemplos, levam à conclusão de que essas práticas seguiam algum tipo de orientação externa.

No Colégio Pedro II o acesso à informação sobre grêmios foi feito através da imprensa estudantil. Com a denominação “grêmio” para o período estudado encontrei nas fontes levantadas apenas três referências, *Grêmio Científico e Literário Pedro II*, *Grêmio Literário Mello e Souza* e *Grêmio Literário Gonçalves Dias* com seus respectivos jornais, *Ciências e Letras*, *Muirakitan* e *O Tangará*. Esse conjunto de fontes pode ser associado a informações provenientes de outros jornais do colégio que, embora não figurassem como órgãos de determinado grêmio, ora se apresentavam como órgão dos alunos, ora do colégio. Essa associação de fontes permitiu o estabelecimento de uma comparação com os registros da Escola Normal de forma a fortalecer a hipótese

de que em Belo Horizonte a grande quantidade de instituições, a regularidade das reuniões, assim como a sua previsibilidade, se tratasse de algum projeto escolar encaminhado pelas alunas cujo controle estaria com os professores e/ou direção da escola. No Pedro II, embora a quantidade de grêmios fosse menor, a variabilidade das informações foi maior. Tais instituições costumavam se constituir porta vozes dos alunos tanto em questões relativas ao cotidiano escolar, como em planos mais amplos, defendendo o próprio colégio. Isso equivale a dizer que podiam ser reivindicadores e contestadores, embora grande parte das vezes as suas manifestações costumassem ser elogiosas.

O Arauto, periódico dos alunos do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, apresentou em textos nos seus números 2 e 3, maio de 1931, em campanha pela instalação de um grêmio no colégio, uma perspectiva mais representativa para essas associações. Os dois textos, considerando que o segundo replicava o primeiro e ampliava um pouco mais as propostas, argumentavam em favor de se instituir uma agremiação beneficente para os alunos do Colégio Pedro II. Esta poderia lhes dar assistência em suas causas, promover atividades recreativas e divertimentos, conferências instrutivas e literárias. Argumentavam também em favor da sua criação o papel representado pelo Colégio Pedro II no cenário nacional. Sendo referência para as demais escolas secundaristas do país, a criação e manutenção de tal associação poderia ser fator de irradiação do modelo por todo o território nacional. Especificamente relacionada à realidade do Rio de Janeiro, os alunos viam nessa associação a possibilidade de lutar para que os estudantes do curso secundário tivessem, como os universitários, direito à representação junto às Congregações ou Conselhos.

Nesse caso, o destaque estava no fator representação, não só dentro, como também fora do colégio, quando se pensa, por exemplo, em Congregações e Conselhos onde os alunos de nível universitário já tinham a sua representação garantida. Além da questão da representatividade, outro elemento de relevo foi a proposta de uma agremiação que pudesse funcionar como fator de assistência para os alunos em várias atividades, inclusive as escolares, como apontado para os grêmios de Belo Horizonte.

Na associação do Colégio Pedro II, de acordo com os relatos de *O Arauto*, o aprendizado da democracia aparentava estar associado à vivência da mesma, pois o *Grêmio Científico e Literário Pedro II* se atribuía papéis bem mais amplos do que um projeto de ensino, como era característico em Belo Horizonte. Este grêmio não se propunha apenas a ser agente capaz de dar melhor reconhecimento aos estudantes secundaristas dentro da escola, mas também na própria cidade. Além disso, dizia pretender, através de sua ação, servir de referência para outras instituições congêneres espalhadas pelo país, assim como o CPII era referência de ensino para elas. Na festa de posse da diretoria do grêmio, a diretoria do colégio, Delgado de Carvalho, diretor, Octávio Pereira, secretário, e Pinheiro Guimarães, professor, estiveram presentes na mesa e o diretor se manifestou sobre o papel da agremiação em conformidade com os jornais estudantis que já existiam no Colégio.

As informações apuradas em jornais dos grêmios sugerem que eles fossem agentes de estímulo ao desenvolvimento da cultura intelectual das “gerações moças” através da promoção de encontros com outros grêmios, locais ou nacionais, a fim de manter e estreitar laços de amizade (Ciências e Letras, 1937). No jornal *Muirakitan*, 1938, o texto “Perseverando”, que celebrava o quinto aniversário do *Grêmio Literário Melo de Souza*, destacava que dentre os seus interesses estava aprimorar a cultura intelectual dos seus membros, honrando os seus professores, o colégio que os acolhera, propondo-se a promover conferências e participar de festas cívicas e patrióticas do colégio. Os dois grêmios diziam investir no desenvolvimento intelectual dos seus sócios, como objetivos principais. Nisso não diferiam muito dos projetos da Escola Normal.

A *Sociedade Literária do Instituto de Educação* (Rio de Janeiro) começou a funcionar em agosto de 1941. Idealizada pelo professor Júlio Nogueira apresentava como objetivo o desenvolvimento do gosto pelas letras e do recreativismo entre os alunos do educandário, estimulando atividades nos campos da literatura, da arte dramática, da oratória e da música.

A organização dessas associações estudantis seria um ao projeto que buscava uma participação mais ativa dos estudantes no seu processo de formação, sobretudo através da escrita que aparecia sob a forma impressa (jornais e revistas) ou o manuscrito (livros de grêmio). O ato de escrever e publicar sob os olhares da instituição, e atendendo ao seu papel formativo, demanda do leitor um olhar cuidadoso. Considerando essas nuances, busquei interpretar como esses estudantes se identificavam em alguns dos papéis sociais que lhes eram atribuídos, ou que lhes cabiam, formando uma espécie de retrato. A tendência demonstrada nesse “retrato” foi de uma juventude muito afinada com a ordem social e institucional, e bem integrada à cultura política dominante no período, embora outras interpretações, ou outros retratos pudessem ser construídos.

A ESCRITA ESTUDANTIL

Foi no governo Vargas que, no Brasil, o Estado definitivamente deu organicidade ao ensino secundário, embora ele já existisse no país desde o período imperial, oferecido em sua maior parte por instituições privadas, principalmente confessionais. Dessa forma, cursar a escola secundária era um privilégio, e quando se cursava em escola pública do nível dessas objeto de análise desse estudo, ainda mais, dado o seu elevado nível.

Alguns dos textos de autoria dos estudantes revelaram o orgulho que sentiam por estudar sobretudo no Colégio Pedro II e no Instituto de Educação, ao defenderem o uso de seus uniformes, e ao cumprimento das normas internas.

Na Revista *Instituto*, número 2, 1942, a professoranda Herenice Auler escreveu recepcionando as novatas de 1942:

(...) vereis, se muitos são os direitos que tendes como alunos, outros tantos são os deveres; assim, *se tendes o direito de envergarem o uniforme, tendes, outrossim, o dever de honrá-lo com atitudes dignas de uma aluna do Instituto de Educação*, futura educadora; e porque o nosso ideal é educar, atentai bem para que um ato de indisciplina quando cometido por nós é muito mais grave do que quando cometido por alunos de outro estabelecimento de ensino. (destaque meu.)

Pelo artigo, estudar no Instituto era ser futura professora, e essa condição exigia uma postura que fosse distinta dos demais estudantes, que não tinham a responsabilidade de quem envergava aquele uniforme. Ao chamamento da estudante Herenice, respondeu a novata Lucy Serrano Ribeiro, do primeiro ano, em nome das demais que chegavam naquele ano-letivo:

Ao ingressar no Instituto de Educação, a cujo quadro discente tenho a ventura de ser incorporada, assumo o compromisso de cumprir devotamente os meus deveres escolares e de honrar o uniforme, que respeito e usarei com dignidade e altivez.

Honrar o uniforme que vestiam era o reconhecimento de pertencer a uma escola que oferecia ao seu portador distinção e, porque não, dignidade. Isso motivou o estudante Carlos Brasil do Colégio Pedro II a pedir através de uma carta intitulada “Grave”, e publicada no jornal *O Arauto*, 1931, que a direção do educandário tomasse providências quanto à adoção de uniforme semelhante ao seu pelo Liceu de Niterói. Carlos Brasil assumiu a autoria de um protesto contra algo que, avaliava, poderia prejudicar a imagem do colégio, pois usar uniforme de tão reconhecida instituição, conferia dignidade a quem o vestia. Um uniforme semelhante, que apenas uma observação mais atenta seria capaz de detectar a diferença, poderia causar confusão, fazendo parecer mercedores de destaque aqueles que não o teriam. Assim, em nome dos estudantes do CPII, pedia ao jornal que fizesse chegar ao diretor a denúncia dessa anomalia.

Nesses trechos, a intenção foi registrar de que maneira os estudantes utilizaram de instrumentos de comunicação deles, para demonstrar a fidelidade e o apreço à instituição em que estudavam.

O uniforme era uma estampa visível principalmente do lado de fora da escola, revelando o verdadeiro valor do indivíduo: estudante do Colégio Pedro II, do Instituto de Educação, da Escola Normal. Dentro das paredes dessas escolas, ele não tinha mais esse valor auto exalado, afinal todos ali o usavam e por isso, os elementos de distinção tinham que ser outros.

No jornal *Muirakitan*, 1938, foi publicado o “Código do Estudante”, se referindo a uma compilação de cinquenta e cinco preceitos feita pelo diretor do internado, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, contendo o “Código de Ética do Estudante”, destinado à mocidade estudantil do Brasil, sobretudo os do CPII. O artigo afirmava que todos os estudantes do Pedro II leram e meditaram sobre os ensinamentos ali apresentados e que, embora se presumissem conhecedores do referido código, um exame de consciência diria que muitas vezes eles se afastavam do bom caminho, seduzidos pelas coisas da vida, pelos impulsos ardorosos e irrefletidos da mocidade.

O Código apresentava regras que possibilitariam aos estudantes trilhar o bom caminho. Porém, sua mera existência evidenciava que a necessidade de se escrever um código de ética, era porque o estudante que honraria o uniforme, não estava completamente imbuído de sua responsabilidade.

A Revista *Instituto*, número 2, 1942, na matéria “Começaram as aulas!” buscava por meio de entrevistas, colher expectativas dos estudantes que retornavam às aulas ou acabavam de ingressar no Instituto em 1942. Aparentemente as entrevistas foram conduzidas para se obter respostas previamente esperadas a respeito de ser estudante do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Pelos corredores do Instituto, a reportagem conversou com alguns estudantes em busca de impressões. “*Procurávamos ouvir alguma (...) relativa a aulas ou que a isso se assemelhasse*”. No caminho encontrou um grupo de novatas que demonstrava apreensão em torno das aulas de latim, nutrindo pelas mesmas alguns receios. No intervalo das aulas, a equipe deparou-se com outros estudantes que aguardavam em sala a chegada do professor de Ciências e conversou com eles que também se mostravam apreensivos e tentavam antecipar alguma notícia, tanto sobre a disciplina quanto sobre os professores. Enquanto um estudante dizia que pretendia estudar bastante a fim de fazer um “*curso com distinção*”, outra novata pediu a palavra para dizer que se havia no primeiro ano alguém que não pretendia morrer sobre os livros, essa era ela. Disse que tinha estudado bastante para conseguir passar no concurso da instituição, pois fez o concurso por três vezes, estando magra em função desse esforço e que agora devia descansar. Adiante a equipe encontrou seis rapazes, recém-ingressos no Instituto que demonstravam a expectativa em tomar parte da banda da escola e perguntavam sobre as disciplinas.

O cenário constituído na matéria ajuda a pensar como esses estudantes que frequentavam o Instituto de Educação se representavam. Essa matéria, elaborada por “jornalistas” da revista *Instituto* que provavelmente eram estudantes da instituição, aponta que eles não buscavam qualquer resposta para suas perguntas, por isso não mostraram interesse pela novata que não iria se dedicar de forma intensa aos estudos. Encontraram no último grupo o que esperavam ouvir, tanto em relação às aulas quanto em relação à banda da escola. De acordo com a matéria, é possível inferir que havia tipos diferentes de estudantes dentro da Instituição, de um lado alguns que mostravam interesse nos seus processos de aprendizagem, e de outro, pelo menos uma estudante demonstrando não estar muito interessada nos estudos. Honrar o uniforme entre as paredes da escola podia ser diferente do que do lado de fora.

Nessa mesma direção o texto “*Nós, as pequenas do Instituto*”, de autoria de Clarinha, revista *Instituto*, nº 2 fez um relato demonstrando os grupos distintos de estudantes da escola, destacando “*as estudiosas*” e “*as vadias*”. Para descrever o primeiro grupo bastou dizer que eram aquelas muito caladas, que assentavam-se sempre perto do professor e, ao receber a nota da prova, tinham prazer em usá-la para se vingar das alunas frequentadoras das festas aos sábados. Apresentado dessa forma, o grupo das “estudiosas” não carecia de subdivisão. Já o grupo das

vadias era bem diferente, carregando em si vários subgrupos que a autora descreveu: 1- as namoradeiras (viviam sonhando com o namorado que, eventualmente estaria esperando por elas ao final da aula e, quando de farda, seria mais motivo para exibição); 2- as faroleiras (ostentavam um fã que nunca existiu, e que qualquer nome de rapaz que fosse sugerido, logo diziam que o mesmo era louco por elas); 3 - as rádio maníacas (sabiam todos os sucessos do rádio e seus autores, cantando todas as músicas e, por sofisticação, usavam sempre palavras em inglês – *Okey, good-bye, please* – para impressionar); 4 - as grã finas (chegavam exibindo a última moda, usando batons caros, namorando limousines e seus donos, ignorando as outras “vis mortais estudantes”); 5 - as esportistas (espirituosas, usavam gírias e adotavam um andar masculinizado apenas para impressionar); 6 - as belicosas (sempre dispostas para a briga); 7 - as apáticas (de difícil determinação do lugar que ocupavam pois, de tão tímidas, nunca falavam ou se apresentavam de modo que era difícil determinar em quais dos dois grandes grupos efetivamente se situavam); 8 - as venenosas (sempre tinha uma resposta para qualquer situação, com a língua afiada provocando intencionalmente brigas entre namorados); 9 - as práticas (observadoras e bem humoradas, se divertindo com todos os acontecimentos sem tomar parte de nenhum deles). Embora tenha estabelecido nove divisões para o grupo de vadias, Clarinha dizia que esses três últimos listados podiam ser encontrados nos dois grandes grupos, tanto no das estudiosas quanto no das vadias.

Voltando ao Colégio Pedro II as coisas da vida com seus interesses múltiplos pareciam ser muito chamativas, por isso a insistência no Código de Ética do Estudante. O jornal o *Arauto*, 1931, publicou um pequeno texto sob a forma de humor que deixava um pouco mais à vista quem era o estudante que frequentava as aulas do Colégio no início da Era Vargas. O texto trazia por título “Os dez mandamentos do estudante”:

1º. Amarás a cola sobre todas as coisas; 2º. ‘Não’ furarás paredes; 3º. ‘Não’ porás kepis na fôrma; 4º. Darás muitos cascudos na bicharada; 5º. ‘Não’ furtarás o material de desenho de teus colegas; 6º. Não escreverá artigos amorosos para o ARAUTO, porque senão... cestinha velha de guerra; 7º. Não maltratarás os animais, porque não sabes o que poderás vir a ser algum dia; 8º. Não emprestarás o ARAUTO a teus colegas; 9º. ‘Não’ guerrearás com giz dentro da sala de aula; 10º. Cumprirás todos esses mandamentos para no fim do ano seres... reprovado.

Estes dez mandamentos, mesmo que em tom de brincadeira, deixaram à mostra que, embora o colégio fosse símbolo da educação nacional, seus alunos transgrediam as normas ideais para um bom estudante, principalmente de uma escola como o Pedro II. Nesse sentido, a insistência na apresentação de tantas proibições pode ser indicação de que, na prática cotidiana, aquelas atitudes não eram incomuns. Apesar de ser referência para a educação nacional, condição ratificada novamente após a publicação desse jornal, pelo Decreto-lei 19.890 (Reforma Francisco Campos, 31 de abril de 1931), o Colégio Pedro II atendia adolescentes que tinham como elemento de distinção, compor junto àqueles do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e da Escola Normal de Belo Horizonte, uma elite da juventude estudantil.

De acordo com esses textos, dentro dos muros dessas escolas, existiam tanto os estudantes que se dedicavam à escola, quanto aqueles que por vezes precisavam ser lembrados sobre o seu verdadeiro papel. Especificamente sobre as estudantes, sexo feminino, cabe mais um destaque. Em tempos de mudanças político-institucionais provocadas pelo movimento de 1930, verificou-se um tratamento especial para as mulheres, necessariamente para aquelas que compunham o grupo de estudantes das escolas normais. Diante da grande agitação característica dos anos 1920, e nesse caso particular com o avanço do movimento feminista, as mudanças pós 1930 indicaram atitudes e legislação que freassem esses movimentos, quando não lhes impunha alguns retrocessos. Esse foi o quadro sobretudo da Reforma da Educação do ministro Gustavo Capanema, Decreto-lei 4.244, 1942, que delimitava o espaço e o tipo de formação atribuído à mulher no artigo 25.

Sueann Caulfield (CAUFIELD, 2000) tratando de moralidade sexual e modernidade no Brasil no início do século XX discutiu de que maneira o comportamento da mulher em relação à virgindade ganhou novos significados nesse período através da abordagem legal. Sua discussão considerava os processos de modernização pelos quais passava o Brasil, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, em busca de se firmar como um país civilizado. Se de um lado algumas mulheres fugindo à repressão sexual e ao casamento forçado reivindicavam a sua liberdade sexual como sinal de modernidade, de outro, em meio ao grupo hegemônico do país, notadamente no aspecto político, se encarava o poder paterno e masculino, no sentido de manutenção e proteção da mulher, como o símbolo de modernidade, determinando que o papel da mulher deveria ser doméstico, ou se admitia sua atuação em funções consideradas prolongamento do lar, como o magistério.

Nesse mesmo sentido, Natascha Stefania Carvalho De Ostos (OSTOS, 2012) argumentou que ocorria um forte movimento conservador em relação às mulheres ao longo da Era Vargas, sobretudo no campo do trabalho que também servia para se opor às conquistas que elas vinham obtendo, entre elas, o direito de voto conferido em 1932. Diante dessas conquistas criava-se uma nova cultura que remetia as mulheres cada vez mais ao espaço doméstico, valorizando-se a maternidade e o aleitamento. Na verdade, protegia-se os homens garantindo-lhes o trabalho que eventualmente poderia ser exercido por mulheres. Esse movimento, bem ou mal, reverberou em alguns textos estudantis.

A novata que não queria se matar sobre os livros, assim como as práticas, descritas por Clarinha, confirmavam a existência no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, uma escola que, apesar de receber matrículas de meninos, era destinada majoritariamente às meninas, de estudantes que não se conformavam ao padrão pretendido pela legislação educacional do governo Vargas. Algumas parecia buscar algo mais do que ser boas esposas, mães e professoras.

Na Escola Normal de Belo Horizonte a estudante Dulce Clark escreveu uma história indicando que o casamento ideal passava pela cabeça das normalistas.

Na história, Clara, sua personagem, deixou à vista que tinha entre seus projetos, o casamento ideal, contudo, não foi o que ela teve com João Carlos.

O texto “Quando a felicidade volta”, publicado na Revista *Asas*, 1933, foi iniciado com uma cena de desalento de Clara que, depois de seis anos, via a filha brincar no pátio do chalezinho onde outrora viveu com João Carlos, pai de sua filha. Clara e João haviam se casado ainda na mocidade. Ela uma “*bonequinha encantadora*” e ele, um “*homem culto, voltado para os seus estudos e o seu trabalho*” que queria fazer dela a companheira ideal. Entretanto, aquela não era a opção de Clara. O prazer que não encontrava no lar, procurava nas festas e, mesmo que depois do nascimento de uma criança da relação, não achava que a felicidade pudesse estar ali no chalezinho florido. Diante disso, decidiu-se pela separação, quando foi alertada por João Carlos de que o mal uma vez feito, não se apagaria mais. Para ele a felicidade era como um balão que, quando solto, não voltaria mais e, se o fizesse, voltaria queimado. Depois de seis anos da separação, ela não suportando a saudade acumulada, voltou ao chalezinho branco onde foi recebida por João Carlos que lhe disse: “*aí está a sua casa Clara...*”. Foi recebida por um marido que lhe sorria e por uma filha que tagarelava e a olhava com desconfiança. Ela se sentia estranha naquela casa, pois sua filha já não mais lhe saltava ao colo com a confiança de outrora e pronunciava um frio “*mamãe*” diante de um “*apaixonante papai*”. Certo dia, escutando João Carlos contar uma história para Marília, a filha, pôde rever e reinterpretar o mal que havia provocado. Era uma história sobre uma princesa que havia perdido a confiança das fadas porque havia fugido da floresta. Clara sentiu que a história poderia ser sua, pois, apesar de o marido a ter acolhido em casa, já não compartilhava com ela assuntos de seus negócios, contrariedades e esperanças, e nem a filhinha a procurava mais. Entre pai e filha, tão amigos, ela sempre seria uma estranha onde antes poderia ter sido uma rainha. Clara se lembrava da frase dita antes de sua saída, de que o mal uma vez feito, não se apagaria mais. Assim, concluiu Dulce Clark, ela ficava com saudades do tempo que o marido confiava nela e a filha, com seus cachos escuros, encostava-se em seu ombro.

Dulce Clark evidenciou qual deveria ser o papel da mulher enquanto esposa e mãe. Clara, esposa iludida com outro mundo, deixou escapar de suas mãos o reino encantado do lar onde seria a rainha, mesmo que esse mundo lhe provocasse alguns aborrecimentos. Ela era um tipo de mulher não adaptada a esse mundo de rainha. Não houve um questionamento da maternidade, mas ela deixou transparecer a não aceitação daquela condição de mulher-esposa: uma rainha sem identidade. O que se vê no texto de Dulce Clark é que as normalistas tinham suas próprias vontades, incluindo o casamento, porém, com espaço onde pudessem se realizar como pessoas, esposas e mães, tendo autonomia, liberdade e protagonismo, e não ser simplesmente um adereço bonito e brilhante na vida do marido.

Se o casamento de Clara não foi exatamente o que ela pretendia, a Revista *Instituto* número 1, 1941, mostrou através da peça de teatro “*Aviação*”, de autoria da aluna Marina de Carvalho, outra personagem perfeitamente adaptada e feliz no

casamento. Essa peça foi premiada e publicada na revista.

A peça, dedicada à aviação, se dividia em dois quadros, ambos divididos em quatro cenas cada um. O primeiro quadro se passava em 1903 e o segundo, em 1941. No primeiro quadro, um diálogo entre três irmãs, Leila, Marta e Ruth, e no segundo, além de Marta e Ruth, mais duas personagens: Leila, que nesse quadro é neta da primeira sua homônima e Vera, sua mãe, nora daquela. O elemento que unia os dois quadros era a aviação. No primeiro quadro, as três irmãs, Ruth com 14 anos, Marta com 18 anos e Leila com 24, já casada e mãe de um filho, Alberto, conversavam sobre o dia da véspera quando ocorreram dois fatos importantes, um foi o baile onde Marta teria dançado e conversado com Aloísio, cadete por quem estava enamorada e o outro, a chegada ao Rio de Janeiro, de Alberto Santos Dumont, por quem Leila tinha grande admiração. Seu maior desejo era ser aviadora, porém se casou e tornou-se mãe. Confessava não ter deixado de sonhar e deixava escapar que algumas coisas são para os homens, mesmo tendo afirmado antes que as mulheres também poderiam exercer perigosas funções. Contudo, se dizia muito satisfeita com a sua condição de mulher e, abdicando do seu sonho de ser aviadora, dizia que *“a mulher não pode exercer outras funções simultaneamente com a de educar, seja ela mãe, seja ela professora...”*. No quadro 2, 38 anos mais tarde, Leila já havia falecido, assim como seu filho Alberto, que teria se tornado aviador e morrido em ação, voando e lutando pelo Brasil. Nesse quadro, Ruth e Marta conversavam com sua sobrinha neta, Leila, filha de Alberto e Vera, que tinha o mesmo sonho da avó: ser aviadora. Ela precisava da autorização de sua mãe para cumprir esse objetivo, porém, ressentida pela perda do marido, Vera resistia em autorizar a filha a seguir os seus sonhos. No final, cedeu aos argumentos apresentados pela filha e pelas tias do marido.

Na peça, a primeira Leila, em nome do ideal de família, abriu mão do seu grande sonho e dos seus projetos, embora sempre os cultivasse, mantendo-se informada e estudando tudo o que se relacionava à aviação e a Santos Dumont. Sua admiração por ele era tão grande que dera o seu nome ao seu filho. Por que renunciar ao seu sonho? Porque a responsabilidade de formar e educar uma família falou mais alto. O papel de educar, seja na condição de mãe ou de professora, exigia da mulher dedicação total e por isso, ela não mostrava nenhum arrependimento, demonstrando-se muito bem ajustada a essa situação. Nesse sentido, Leila cumpriu o papel que lhe estava social e culturalmente reservado. Diferentemente de Clara, Leila se encontrou perfeitamente dentro do casamento. A história de Marta ficou sem continuidade, não se casou porque que Aloísio se mudou e não voltou. A certeza que se pode ter sobre Marta é que o rumo traçado para as mulheres - casamento, maternidade ou professora - podia mudar ao longo de sua trajetória. De toda forma, tanto Marta quanto a segunda Leila romperam com a tradição. A primeira não se casou nem se tornou mãe e a segunda se tornaria aviadora. Já Clara, buscou outra alternativa, mas ao fim, voltou para o casamento e para a maternidade. Dulce Clark não contou o restante da história...

CONCLUSÃO

De acordo com Jorge Ramos do Ó (Ó, 2003) desde o final do século XIX vinham ocorrendo em países europeus e nos Estados Unidos da América, mudanças nos procedimentos escolares ancoradas nas novas propostas da renovação da educação, conferindo maiores responsabilidades ao estudante dentro do espaço escolar e possibilitando a construção de uma nova relação entre os sujeitos. Atribuir mais responsabilidades ao estudante implicaria colocá-lo no *governo de si mesmo*, tornando o processo educativo mais significativo.

Foi a partir dessa perspectiva que analisei os grêmios e a escrita estudantis: como iniciativas criadas para estimular os estudantes a exercer algum protagonismo nos seus estudos, e enfim, praticar seus conhecimentos. Na sua organização os estudantes eram estimulados a se associar, construir, constituir e eleger lideranças, organizar cerimonial, elaborar e apresentar trabalhos, representar os demais, escrever sob diferentes formatos (matérias jornalísticas, poesias, peças de teatro, contos, etc). Participar dessas associações funcionava como um treinamento prático para várias situações que esses estudantes vivenciariam na vida adulta, participando da vida coletiva, em situações democráticas, ou marcadas por contexto autoritário. Esperava-se que os estudantes, através das atividades dos grêmios, fossem capazes de pensar de forma coletiva, sempre sobrepondo ao interesse individual, o interesse do grupo.

Segundo Jorge do Ó, (Ó, 2003) um dos elementos centrais nessas práticas era fazer da escola um organismo que permitisse formar pessoas proativas, com disposição e capacidade de ação na sociedade. Para exemplificar registrou uma experiência que estava em desenvolvimento nos Estados Unidos da América do Norte, na *George Junior Republic*. Essa era uma escola fundada em 1895 com objetivos filantrópicos, tendo em vista recolher e abrigar crianças desamparadas e em situação de risco social. Foi organizada segundo o modelo do *self-government*, onde o governo seria feito pelas e para as crianças e adolescentes ali abrigados (HULL, s/d). Ela funcionava como uma mini república, com leis e moedas próprias. O lema da escola era “*Nothing without labor*” que, a propósito, estampava a capa do jornal produzido pela escola, o *Citizen*. Dentre os vários temas discutidos em suas páginas, que tratavam inclusive de política internacional, no seu número 3, de 1913, destacava a campanha pelo direito do voto das mulheres nos Estados Unidos. Em favor dessa campanha, dizia que esse direito era já uma prática na escola (já que a mesma pretendia funcionar como uma *sociedade miniatura*).

O relatório do *Bureau Internationale d'Éducation* de 1930, analisando em várias partes do mundo os resultados da aplicação do ideal de *self-government*, demonstrou que, além de melhorar o desempenho acadêmico e as questões disciplinares, os alunos despertavam para novos interesses e vocações. Os clubes, ou agremiações, escolares oportunizavam situações onde os estudantes podiam aprofundar temáticas despertadas pelo currículo que, dadas limitações próprias à dinâmica das aulas, só

teriam espaço para sua ampliação fora da sala. Assim, nas reuniões dos clubes se desenvolviam a música, o teatro, a literatura, a astronomia, a zoologia, a etiqueta e, enfim, a vida comunitária dos estudantes (Ó, op.cit p 154-5).

Grêmios e escrita, portanto, foram instrumentos que preparavam os estudantes para a autonomia, o *governo de si*. No entanto, a escrita produzida em ambiente escolar, no seu cotidiano, assim como hoje, demandava cuidados como saber o que escrever, para quem escrever e, naturalmente, como escrever. A situação em que a escrita seria colocada à mostra poderia ser uma atividade escolar, restrita ao escritor e um leitor, o professor, por exemplo, ou a mais de um leitor - os colegas ou mesmo a comunidade escolar. De toda forma, o ato de escrever, principalmente na escola, não poderia ser considerado solitário, pois implicava, no mínimo, duas partes: sendo uma quem escreve e a outra para quem se escreve (ARCOVERDE, 2007). Além disso, a escrita escolar, na maioria das vezes, é uma demanda da escola, por isso o escritor precisa ser compreendido como pertencente a esse grupo social que forma uma de suas redes de sociabilidade e de influência (GALVÃO, 2007). Anne-Marie Chartier (CHARTIER, 2007), ao estudar os exercícios escritos de alunos na França entre os anos de 1880 e 1990, concluiu que os escritos escolares são “semipúblicos” e, por isso, devem ser feitos de forma a não expor o escritor nem a instituição frente à família, à religião e à política, por exemplo.

A escrita analisada nesta pesquisa foi a escrita escolar feita fora do ambiente da sala de aula, mas dentro da escola, não pretendendo dizer que ela se fazia de forma independente da aula. Essa escrita se apresentava em diferentes tipos de textos: ata, relatório, reportagem, reivindicação, poema, conto, crônica ou outras formas que se encaixassem nos portadores considerados - livro de grêmios, jornais e ou revistas estudantis. O que pretendi demonstrar é que, apesar das ressalvas, ela era feita pelos próprios estudantes, de forma autoral.

Os estudantes foco de estudo nessa pesquisa frequentavam o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, a Escola Normal de Belo Horizonte, e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Ambas eram escolas referência no seu campo de atuação, seja nacional, ou local, portanto, apesar de públicas, não eram gratuitas e, portanto, atendiam a parcelas bem determinadas da sociedade. Até porque, nas décadas de 1930 e 1940, a universalização da educação escolar ainda não se colocava como objetivo das políticas para esse campo. Daí que, como afirmado na introdução, e um pouco mais acima, quando tratei da escrita escolar, o texto que saiu das mãos desses estudantes, fossem os rapazes, fossem as moças, demonstravam um elevado grau de conformação com os referenciais sociais dominantes, sobretudo para a classe média.

Mesmo destacando algum tipo de rebeldia, na maioria das vezes isso era feito em tom de brincadeira, sem contestar o confrontar a ordem escolar. O que mais ficava evidente nas análises dos textos, era o orgulho de ser estudante daquela escola e, mais ainda, como elas representavam para eles, fator de distinção e reconhecimento social. Por isso o zelo e o apego ao uniforme. As moças por sua vez, estudantes normalistas,

embora demonstrassem desejos alternativos aos prescritos socialmente, de uma forma ou de outra cumpriam a prescrição. Vale ressaltar que, no caso das moças, as prescrições, de acordo com Sueann Caulfield e Natascha de Ostos, se destinavam a conter o avanço o movimento feminista que vinha se fortalecendo no Brasil já há algum tempo. Isso porque, para Rachel Soihet (SOIHET, 2013), a realidade das mulheres não pertencentes aos grupos médios e altos, era bastante distinta.

Por fim, as práticas educativas estudadas nesse trabalho buscavam promover jovens estudantes de classe média algum protagonismo, mas, atendendo a um dos pressupostos indicados por Gustavo Capanema quando propôs e conduziu os debates que resultaram na lei que levou seu nome, reformando a estrutura de ensino no país em 1942: era preciso formar os novos governantes do Brasil. Por isso, autonomia na escrita, na organização, mas seguindo roteiros pré determinados.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Maria Divanira de Lima; ARCOVERDE, Rossana Delmar de Lima. **Leitura, interpretação e produção textual**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

CAULFIELD, Sueann. **In Defense of Honor. Sexual morality, Modernity, and Nation in early-twentieth century in Brazil**. Durham & London: Duke University Press, 2000.

CHARTIER, Anne-Marie. **Práticas de leitura e escrita. História e atualidade**. Belo Horizonte: CEAL/Autêntica, 2007.

COSTA, Eliezer Raimundo de Sousa Costa. **Os Grêmios escolares e os Jornais estudantis: Práticas Educativas na Era Vargas**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2016. Tese de doutorado.

COSTA, Firmino. **O Ensino Intuitivo da História**. In Revista do Ensino. Anno III, Nº 26, outubro de 1928. pp. 26-27.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In GALVÃO, Ana Maria de O. et al (Orgs). **História da Cultura Escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. Pp 9-46

HAMDAN, Juliana Cesário. **Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937)**. Tese de doutorado. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2007.

HAMDAN, Juliana Cesário. **Firmino Costa: um intelectual da República e o propósito educativo (1907 - 1937)**. Eccos Revista Científica, núm. 29, Universidade Nove de Julho: São Paulo, Brasil setembro-dezembro, 2012, pp. 219-235

HULL, William I. **The George Junior Republic**. In **Annals of the American Academy of Political and Social Science** vol 10. Sage Publications Inc. <http://www.jstor.org/stable/1009770>.

LOURENÇO FILHO. Manuel B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. Rio de Janeiro: Editora UERJ; Conselho Federal de Psicologia, 2002.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: **A poesia da ação**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000. P 167-8.

Ó, Jorge Ramos do. **O Governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)**. Lisboa:

Educa e Autor, 2003.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. **A Questão Feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945)**. Cadernos Pagu 39, julho-dezembro 2012. Pp 313-343.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e a violência urbano no Brasil. In PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. Pp 362-400.

XAVIER, Maria do Carmo et all. Introdução. In XAVIER, Maria do Carmo. **Manifesto dos Pioneiros da educação. Um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro. FGV, 2004.

XAVIER, Maria do Carmo e outros. Educação e modernização: **Mario Casasanta e a indissociabilidade entre ação política e renovação pedagógica**. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-098-8

